

Reflexões sobre o conceito de hábito em Tomás De Aquino (século XIII)

Terezinha Oliveira¹

Lais Boveto²

Mariana Vieira Sarache³

Resumo: O propósito deste texto é examinar a concepção de hábito em Tomás de Aquino e compreender como sua formulação – assim como tantos outros temas desenvolvidos pelo teólogo em sua *Suma* – está vinculada ao projeto educacional da universidade parisiense do século XIII. Para tanto, optou-se por conduzir a análise seguindo os princípios teóricos da História Social, segundo os quais o homem constitui-se e é constituído pelos acontecimentos históricos do seu tempo. Dessa maneira, uma das formas de apreender a história e perceber o desenvolvimento da civilização está relacionada às mudanças efetivas da maneira de agir dos homens. Analisar a história a partir dessa perspectiva possibilita notar que, por um lado, alguns hábitos se modificam e caracterizam as transformações sociais, mas, por outro, há hábitos que permanecem e são alicerces para essas mesmas transformações.

Palavras- chave: Tomás de Aquino. Hábito. Civilização.

Reflections on the concept of habit in Aquinas (thirteenth century)

Abstract: The purpose of this paper is to examine the concept of habit in Aquinas and to understand how it - like so many other themes developed by the theologian in his *Summa* - was linked to the educational project of the Parisian university in the thirteenth century. To this end, we chose to conduct the analysis following the theoretical principles of Social History, according to which man constitutes and is constituted by the historical events of his time. Thus, one way of understanding the history and the development of civilization is to understand the actual changes in men's behavior. To analyze the story from this perspective enables the understanding that on the one hand, some habits are changing and characterizing social transformations, but on the other, there are habits that remain and are foundations for these same transformations.

Keywords: Thomas Aquinas. Habit. Civilization.

Recebido em 15/07/2013 - Aprovado em 20/08/2013

¹ Doutora em História (UNESP). Pós-doutorado em História e Filosofia da Educação (USP). Professora associada do Departamento de Fundamentos da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. Líder do Grupo de Pesquisa Transformações Sociais e Educação na Antiguidade e Medievalidade (GTSEAM). teleoliv@gmail.com.

² Mestre em História e Historiografia da Educação (UEM). Professora Assistente do Departamento de Ciências da Universidade Estadual de Maringá (CRG-UEM). Doutoranda na área de História e Historiografia da Educação (UEM). Integrante do GTSEAM. laisboveto@hotmail.com.

³ Graduada em Pedagogia (UEM). Mestranda na área de História e Historiografia da Educação (UEM). Integrante do GTSEAM. vieiramari718@gmail.com

Introdução

Nesse texto examinaremos a forma como Tomás de Aquino analisa o conceito de hábito na *Suma de Teologia* – questões 49 e 54 (I Sessão da II Parte). O estudo que ora apresentamos, a seis mãos, faz parte das investigações que vimos realizando no âmbito do Grupo de Pesquisa Transformações Sociais e Educação na Antiguidade e Medievalidade. Tomás de Aquino é um dos principais intelectuais estudados pelo nosso Grupo. Desse modo, as ideias aqui apresentadas pertencem a três pesquisas específicas. A primeira refere-se ao estudo da importância das Universidades no século XIII e às mudanças comportamentais oriundas desse novo *lôcus* do saber erigido especificamente nas cidades⁴. A segunda pesquisa vincula-se a uma dissertação de mestrado na qual se estudou as mudanças comportamentais ocorridas no século XV e que apontaram para transformações sociais profundas nesse momento de transição do medievo para a modernidade⁵. O terceiro estudo refere-se a um projeto de Iniciação Científica, no qual se investigou a relevância das mudanças de hábitos na construção das relações sociais cidadinas no seio da Universidade Parisiense por meio de escritos de Tomás de Aquino⁶.

Unem-se, as três pesquisas, por serem conduzidas pelo pensamento de Tomás de Aquino, especialmente por suas noções acerca do comportamento humano e do hábito como princípio para a conservação e modificação das condutas. No âmbito social, as considerações tomasianas se referem à forma como as cidades vinham se organizando e ao surgimento de uma nova instituição: a universidade. Ambas, cidades e universidades produziram no interior da cristandade latina novos modos de comportamento humano, que explicitaram, a um só tempo, duas condições históricas específicas. Por um lado, as cidades e as universidades só puderam se desenvolver em virtude do amadurecimento das relações feudo vassálicas e, particularmente, pela divisão de trabalho gerada por esse universo social. Por outro lado, ainda que só possamos entender o espaço urbano e a universidade como resultantes dessas relações, ao surgirem, tanto uma como outra, geraram nas pessoas hábitos distintos daqueles que os homens medievais estavam habituados a praticarem.

Precisamente pelo fato de Tomás de Aquino vivenciar e exercer papéis nesses dois ambientes, como mestre na universidade e frade pregador dominicano na cidade é que foi possível a ele apreender os comportamentos humanos e refletir sobre as implicações das ações humanas no conjunto da comunidade da qual essas pessoas eram partícipes. Mais, apontar para o fato de que são as ações virtuosas ou viciosas, de cada pessoa singular, que definem se uma comunidade caminha para o bem comum ou para uma condição de crise.

⁴ Pesquisa desenvolvida por Terezinha Oliveira e financiada pelo CNPq – PQII, intitulada: *Ensino e Liberdade no século XIII: um estudo de Cartas Universitárias Parisienses, Cartas de Libertação das Comunas e Escritos de Tomás de Aquino*.

⁵ Dissertação de Laís Boveto intitulada *Os 'filhos dos planetas' no Medieval Housebook: análise do conceito de hábito na história da educação*.

⁶ Pesquisa IC-CNPq/Balcão, desenvolvida pela acadêmica Mariana Vieira Sarache, intitulada *O conceito de hábito em Tomás de Aquino: estudo na História da Educação*.

Em virtude das questões suscitadas por essas pesquisas e da inquietação com os comportamentos humanos provenientes de uma 'vontade consciente', propomo-nos uma reflexão em que, por meio do conceito de hábito, seja possível uma compreensão da organização social. Por esse motivo, iniciaremos o artigo com uma abordagem do conceito de civilização do historiador francês François Guizot (1787-1874) que, na obra *História da civilização na Europa*, expõe a interdependência entre o desenvolvimento moral e social. Posteriormente, analisaremos a noção tomasiana de hábito, especificamente, em relação aos aspectos em que esta se identifica com a definição aristotélica.

Civilização e Universidade

De acordo com Guizot, o progresso da sociedade e da humanidade encontra-se sempre em sintonia; quando um se desenvolve, o outro tende a acompanhar esse aperfeiçoamento. A modificação profunda do caráter dos homens provoca mudanças da mesma ordem na sociedade e o contrário também se verifica: as transformações sociais acarretam nos homens novos comportamentos. A esse respeito Guizot tece as seguintes considerações:

Parece-me que devemos assentar que, na convicção espontânea e instintiva do homem, os dois elementos da civilização, o desenvolvimento social e o desenvolvimento moral, andam intimamente ligados; que o genero humano, vendo a um, espera logo ao outro. Recorre-se a esta convicção todas as vezes que para apoiar ou combater um ou outro d'estes desenvolvimentos, se afirma ou nega a sua união. Sabe-se que, persuadidos os homens de que o melhoramento do estado social é prejudicial ao progresso interno dos individuos, ficará desacreditada ou enfraquecida a revolução que se está produzindo na sociedade. Por outro lado sabe-se que, promettendo-se aos homens o melhoramento da sociedade, como consequência do melhoramento individual, a sua tendência é crer n'esta promessa, e d'isto muito se aproveitam os reformadores. Parece-me pois evidente ser crença geral da humanidade que estão intimamente ligados e nascem um do outro os dois elementos da civilização. (Guizot, 1907, p. 42).

E, mais adiante:

Quando se opera no homem uma alteração moral, quando adquire uma idea, uma virtude, uma faculdade a mais, em uma palavra, quando se desenvolve individualmente qual é a necessidade que elle desde logo sente? É a de transmitir o seu sentimento ao mundo exterior, de realizar externamente o seu pensamento. [...]

Realisa-se a revolução no estado da sociedade; fica esta mais bem regulada, ficam mais igualmente repartidos os direitos e os deveres; apresenta-se mais puro e mais bello o especulo do mundo, melhoram na practica os governos, aperfeiçoam-se as relações entre os homens. E poderemos

duvidar que a vista d'este especulo, que este melhoramento dos factos externos deixe de reagir sobre o homem interior, sobre a humanidade? Tudo quanto se allega acerca da auctoridade dos exemplos, dos habitos, dos bons modelos, funda-se exclusivamente sobre a convicção de que um facto exterior quando é bom, racional, bem regulado, produz mais cedo ou mais tarde, mais ou menos completamente um facto interno da mesma natureza e com o mesmo mérito; que sendo o mundo mais bem regulado e mais justo, é o homem mais justo também; que a reforma do interior opera-se por meio do exterior, e a d'este por aquelle [...]. (GUIZOT, 1907, p. 43-45).

Para o autor, o êxito alcançado no mundo interior, individual, não se separa do êxito do mundo exterior. Esses dois aspectos da história da civilização estão ligados e se condicionam mutuamente⁷. Conforme Oliveira (1997), ao examinar a natureza das grandes crises da civilização, Guizot aponta o cristianismo como exemplo de crise que afetou o estado interior do homem. “Ele teria regenerado o homem moral, intelectual. A revolução francesa, por seu turno, teria mudado a condição exterior do homem: mudou e regenerou a sociedade.” (OLIVEIRA, 1997, p. 4).

Nesse sentido, por meio desse entendimento de civilização, é possível aquilatar a importância da formação de hábitos, por exemplo, no projeto educacional da Universidade do século XIII. Nesse momento, tanto a Igreja quanto a Universidade foram instituições que tiveram papel determinante na construção de novos hábitos e, portanto, de uma nova estrutura social e mental.

O surgimento das Universidades, no século XIII, não constitui um fato isolado, que surge repentinamente, mas o resultado de transformações que vinham acontecendo na sociedade e que produziram profundas alterações em todos os níveis das relações sociais, especialmente na cultura. (OLIVEIRA, 2005, p. 7).

A Universidade, portanto, surge de uma necessidade social, das novas relações sociais no interior do processo de urbanização. A cidade propiciou o surgimento dessa instituição e, segundo Oliveira (2005), o saber passou a ser necessário em outros âmbitos, além da igreja e nobreza. O mercador se tornou uma figura importante para a sociedade e era necessário que possuísse ao menos uma base de conhecimentos para sua atuação. A autora afirma que as exigências do comércio traçam um novo perfil para a disseminação desses conhecimentos e a Universidade surge com essa incumbência (OLIVEIRA, 2005, p. 8). Desse modo, vemos que essa instituição colabora para explicar aos homens as mudanças que ocorriam naquele momento por meio de condições materiais e teóricas. De certa forma, essa educação surge diante das necessidades de maior abrangência de

⁷ As formulações de Guizot, no século XIX, demonstram uma congruência com as percepções de *O processo civilizador* de Norbert Elias (1897-1990). Ambos partem da Idade Média e da relação entre estruturas mental e social para compreender o conceito de civilização.

formação.

Se ao longo da Alta Média encontramos, nas escolas, o predomínio do ensino da teologia, as mudanças verificadas nos séculos XI, XII e XIII fazem com que os homens comecem a desenvolver suas vidas nas cidades em um ritmo cada vez mais tenso e suas diferentes atividades são organizadas sob a forma de corporação, podemos dizer que um novo modo de vida estava sendo produzido. (OLIVEIRA, 2005, p. 10).

Vale ressaltar a importância do conceito envolvido nesse processo: o hábito. Junto a esse novo espaço social, surgem possibilidades para modificações mentais e sociais. As relações estabelecidas dentro da Universidade criaram novas tensões sociais, novos debates, novas respostas e novas questões.

[...] todas as relações se modificam no momento em que a vida, aos poucos, vai se tornando mais urbana, principalmente no que diz respeito ao dinamismo do mundo. Em função de uma produção em escala sempre crescente, em função de um comércio cada vez mais longínquo, o horizonte dos homens se alarga. A vida não se restringe mais apenas ao castelo e à propriedade do senhor feudal. As pessoas começam a perceber que os limites de suas relações não são mais tão estreitos. [...]

Em função destas transformações, torna-se necessário criar um novo ensino, não apenas com novas disciplinas como, por exemplo, a dialética, a física e a ética, como, também, os homens das cidades precisam de novas técnicas científicas e artesanais. Em última instância, o renascimento das cidades “exige” dos homens não só uma forma de ensinar, mas que estes precisem, fundamentalmente, aprender. (OLIVEIRA, 2005, p. 12).

Mais do que possibilidades de mudanças de hábito, segundo Oliveira, a expansão das cidades propiciou o surgimento de um novo modo de educar e, por conseguinte, o próprio nascimento da Universidade. O ‘horizonte do homem se alarga’ em novas formas de gerir o comércio e até mesmo na vida privada no castelo e, com isso, manifestam-se novas necessidades e uma nova compreensão da formação humana.

Como principal centro de saber da cristandade latina do século XIII, a Universidade de Paris agregava a Teologia e a Filosofia e, por isso, foi palco da busca por um saber totalizante que abrangia o mundo terreno e espiritual (PIEPER, 1973). Foi nesse espaço que o mestre Dominicano refletiu sobre muitas questões que incidiam sobre o agir do homem, dentre essas, o conceito de hábito.

Em contrapartida, a Universidade possibilitou um conhecimento que contemplava as coisas divinas, os dogmas, a religião e, também, abria espaço para as possibilidades de saber sobre as coisas terrenas. Para isso, os intelectuais do período, dentre eles Tomás de Aquino, buscaram em autoridades da Antiguidade as bases para produção de conhecimentos novos, que respondessem aos hábitos que erigiam nas cidades, provenientes das mudanças sociais e do trabalho.

O hábito como possibilidade de transformação e conservação

Coerente com os princípios aristotélicos, Tomás de Aquino considera que, ao contrário das capacidades sensitivas, como a visão, por exemplo, as virtudes morais só podem ser desenvolvidas pelo exercício constante, pelo hábito de exercê-las. Recebemos a potência para desenvolver as virtudes morais, mas a capacidade de agir de acordo com elas só pode ser adquirida pela prática persistente. O hábito seria, portanto, a possibilidade de desenvolver características que só existem potencialmente.

E, portanto, fica evidente que nenhuma das virtudes morais é em nós engendrada pela natureza, uma vez que nenhuma propriedade natural é passível de ser alterada pelo hábito. Por exemplo, é da natureza da pedra mover-se para baixo, sendo impossível treiná-la para que se mova para cima, [...]. As virtudes, portanto, não são geradas em nós nem através da natureza nem contra a natureza. A natureza nos confere a capacidade de recebê-las, e essa capacidade é aprimorada e amadurecida pelo hábito. (ARISTÓTELES, 2009, p. 67).

Assim, Aristóteles afirmava que as ações determinam a qualidade das disposições, ou seja, “[...] homens se tornam construtores construindo casas e se tornam tocadores de lira tocando lira. Analogamente, nos tornamos justos realizando atos justos, moderados realizando atos moderados, corajosos realizando atos corajosos [...]” (ARISTÓTELES, 2009, p. 68).

Nas questões 49 e 54 (I Sessão da II Parte da *Suma Teológica*), Tomás de Aquino trata desse conceito buscando verificar a substância, o sujeito, a causa, geração, aumento, diminuição ou extinção e a distinção do hábito. Posteriormente, seguem as questões sobre as virtudes e vícios específicos, sobre as leis e sobre a graça divina – seguindo o encaminhamento aristotélico, pois apresenta a lei como decorrência ou resultado da formação ética e virtuosa dos homens. Considera o hábito como a forma de desenvolver e condicionar as potências que recebemos da natureza. Assim, afirma que o uso da razão é potencial e, portanto, a formação de hábitos se faz necessária justamente para dirigir a disposição para o bem, ou seja, para ações com base na racionalidade.

QUANTO AO 3º, deve-se dizer que essa diferença, *difficilmente removível* não distingue o hábito das outras espécies da qualidade, e sim da disposição. Disposição tem dois sentidos: no primeiro é o gênero do hábito, por isso o livro V da *Metafísica* afirma a disposição na definição do hábito. No segundo, é algo contraposto ao hábito. É a disposição propriamente dita, que se contrapõe ao hábito de duas maneiras: uma, como o perfeito e o imperfeito na mesma espécie: assim a disposição, conservando o nome comum, está inerente ao sujeito imperfeitamente, e por isso, facilmente se perde: enquanto o hábito está inerente perfeitamente, de modo que não se perde com facilidade. Assim, as disposições se tornam hábitos, como a

criança em adulto. [...] É por esse motivo que ele [Aristóteles], para provar essa distinção, invoca o linguajar comum, segundo o qual as qualidades que por sua razão são facilmente móveis, se por algum acidente se tornam dificilmente móveis, se chamam hábitos. O contrário sucede com as qualidades que são por natureza dificilmente móveis: pois se alguém domina imperfeitamente uma ciência, a ponto de poder perdê-la com facilidade, diz-se antes estar disposto à ciência do que ter a ciência. Onde se vê que o nome de hábito implica uma certa durabilidade; mas a disposição, não. (TOMÁS AQUINO, 2005, p. 42-43).

Vê-se que, embora o hábito implique em uma disposição, esta não necessariamente implica em um hábito. A característica essencial dele é ser dificilmente removível (*difficile mobile*); é permitir que o homem faça uso daquilo que possui quando necessário, seja uma ciência ou uma virtude. Portanto, se a ciência ou a virtude ainda não estiverem sob o domínio da razão, não se pode dizer que o homem as possui e, por conseguinte, ainda não se pode denominá-las hábito. Para que haja harmonia com a natureza a racionalidade deve estar presente e, também, para que esta de fato se manifeste, a ação é fundamental. “[...] diz Agostinho ‘É pelo hábito que algo é realizado quando é preciso’. E diz o Comentador: ‘É pelo hábito que alguém age quando quer’”. (TOMÁS AQUINO, 2005, p. 44). Nota-se, assim, que o hábito é uma disposição que se torna estável, por meio da qual é possível agir espontaneamente.

Na questão 49 (I Sessão da II Parte), para tratar da necessidade do hábito, Tomás de Aquino parte da ideia de que ele não seria necessário, pois a potência já é ordenada, bem ou mal, ao ato. Desse modo, existindo a potência para designar as disposições, hábito e potência teriam a mesma função, sendo, portanto, o primeiro desnecessário. No entanto, em sua resposta afirma que a potência visa ao ato, mas o hábito expressa a natureza da ação, uma vez que o agir do homem é, efetivamente, o seu existir concreto, realizado por meio do seu comportamento.

QUANTO AO 3º, deve-se dizer que não é o mesmo hábito que está para o bem e para o mal, como mais adiante se verá. Mas é a mesma potência que está para o bem e para o mal. Por isso são necessários os hábitos para que as potências sejam determinadas para o bem. (Tomás Aquino, 2005, p. 47).

Assim, o hábito é necessário ao homem justamente por que, potencialmente, ele poderá agir bem ou mal, mas como o hábito se ordena em relação à natureza humana, então, para que as potências sejam direcionadas para as virtudes, são necessárias disposições perfeitamente desenvolvidas. Dessa maneira, o hábito é imprescindível ao homem, pois este possui uma natureza suscetível à modificação, pode escolher entre coisas e ações distintas. Todavia, de acordo com o Tomás de Aquino, para que os hábitos

humanos possam resultar em ‘bem comum’ é preciso que as ações da pessoa sejam virtuosas⁸.

Depreende-se, assim, que não nascemos praticando ações virtuosas naturalmente, já que tudo o que fazemos, no âmbito de atos decorrentes do intelecto, é derivado de um longo processo de aprendizagem. Assim, nossas práticas resultam de nossos hábitos e, portanto, daquilo que aprendemos socialmente. Do ponto de vista de Tomás de Aquino, o ser humano só pode aprender e ensinar qualquer conhecimento ou comportamento se fizer uso da sua capacidade intelectual. Jean Lauand, um estudioso do medievo e de Tomás de Aquino, ao analisar a questão sobre o ‘Ensino’ do mestre Dominicano, indica-nos esse mesmo pressuposto, de que o homem possui um princípio intelectual do qual dele emana as suas ações.

Na “questão disputada” *De magistro*, Tomás de Aquino expõe sua concepção de ensino/aprendizagem em oposição às doutrinas dominantes da época. Por detrás das questões pedagógicas encontram-se na verdade, concepções filosóficas – a filosofia da educação é inseparável da Antropologia Filosófica – e teológicas. (LAUAND, 2000, p. 6).

Tem-se uma defesa de que o homem tem o intelecto que é recebido de Deus, mas ele o recebe como potência; somente pelo uso dessa capacidade cognitiva a pessoa pode, de fato, ensinar e aprender ações justas e virtuosas, ou injustas e carregadas de vícios. Nesse sentido, o mestre Tomás imputa aos homens a condição de criação e de práticas dos seus hábitos.

[...] o intelecto recebe os conteúdos [*intentio*] inteligíveis de que se vale para produzir em si mesmo o conhecimento: daí que a causa próxima da produção do conhecimento não sejam os signos, mas a razão que discorre dos princípios para a conclusão, como já dissemos.

No aluno o conhecimento já existia, mas não em ato perfeito, e sim como que em “razões seminais”, no sentido que as concepções universais, inscritas em nós, são como que sementes de todos os conhecimentos posteriores. (TOMÁS AQUINO, 2000, p. 34).

O ponto de vista do Aquinate incide no fato de que os homens, potencialmente, podem aprender já que há em cada um o intelecto que entende como uma luz que é infundida no homem pela vontade divina. Todavia, a pessoa só aprende se fizer uso dessa luz, leia-se intelecto agente, transformando-a em ato. Logo, são as ações que revelam a

⁸ Esse princípio de bem comum do século XIII, apontado por Tomás de Aquino, como sendo resultante de hábitos virtuosos, para o século XIX, em Guizot, assumirá a característica de civilização. Evidentemente que não estamos propondo comparar séculos e autores tão distintos, mas sim, apontar para o fato de que são os hábitos dos homens, materializados em seu agir, que definem os caminhos de uma dada sociedade, em um tempo histórico específico. Isso certamente é válido para a época do mestre Tomás, para a de Guizot e para o nosso tempo.

condição intelectual dos homens.

Em consonância com as formulações de Tomás de Aquino (2005), pautadas nos princípios aristotélicos, o hábito constitui-se como uma segunda pele, é a possibilidade que a natureza oferece ao homem de desenvolver e aperfeiçoar os aspectos morais. É, pois, sob essa característica de segunda pele que as ações humanas, conduzidas pelos hábitos, tornam-se conservadoras porque enraízam comportamentos no nosso cotidiano que são dificilmente alterados⁹. A manutenção desses hábitos se constitui como que raízes da sociedade e são eles que permitem a consolidação de processos civilizatórios. Todavia, à proporção que as ações humanas promovem a preservação, essa mesma ação propicia o amadurecimento de novas condições de existência social e são elas que promovem o surgimento de novos hábitos. Exatamente por isso, podemos falar em ‘permanências e rupturas’ de comportamentos individuais e coletivos.

Esse movimento contínuo de preservação e de mudança, próprio da história, indica que o hábito pode ser analisado como elemento conservador e, ao mesmo tempo, modificador da estrutura social. Conservador, por ser dificilmente removível (TOMÁS DE AQUINO, 2005) e atuar na preservação de comportamentos e aprendizagens cujo esquecimento nos levaria ao recomeço constante, ou, simplesmente, ao não desenvolvimento da civilização tal qual conhecemos. Modificador, justamente, por preservar a memória dos homens, pois, é por meio de um conhecimento anterior e cumulativo que é possível avançar, progredir, transformar (BOVETO, 2013, p. 53).

Assim, para Tomás de Aquino, apesar do hábito não fazer parte da natureza humana, o homem pode adquiri-lo repetindo e aperfeiçoando seus atos. O hábito forma-se por meio de ações e constitui, então, uma maneira de ser do homem, qualificando-o de acordo com o que se considera ser uma pessoa melhor, virtuosa. “Mas a perfeição é sumamente necessária às coisas, já que tem razão de fim. Portanto, é necessário que haja hábitos. [...] o hábito implica uma certa disposição em ordem à natureza da coisa, e à ação ou o fim da mesma, conforme alguém se dispõe bem ou mal para isso [...]”. (TOMÁS DE AQUINO, 2005, p. 45). Como o homem é essencialmente um ser que possui razão, mas, potencialmente, pode ou não utilizá-la, o hábito se faz necessário para que ele aja conforme sua natureza racional. No entendimento de Tomás de Aquino, o homem caracteriza-se por fazer uso ‘perfeito’ do seu corpo e da sua mente, de forma una. A relação entre ambos (corpo e mente) não é de oposição, mas de dependência e necessária harmonização e é nesse sentido que o hábito se configura como um aperfeiçoamento.

⁹ Sob esse aspecto a leitura de manuais de civilidade do início da modernidade dá-nos uma amostragem da dificuldade que os teóricos do humanismo, como Erasmo de Roterdã, por exemplo, encontraram para modificar os hábitos das crianças, recém-saídas da sociedade medieval.

Considerações finais

Tomás de Aquino nos alerta para o fato de que são as escolhas dos homens, materializadas em suas ações, que definem se o agir da pessoa tem por fim virtudes ou vícios. Com base em Aristóteles, o autor defende que o homem possui tendências naturais e se encontra mais propenso a vícios do que a virtudes. São o conhecimento e a insistência em comportamentos virtuosos que ensinam o homem a desenvolver suas potências. É necessário tempo e aprendizagem, pois o hábito não é inerente à natureza humana.

Para o Aquinate, o hábito deve ser desenvolvido de acordo com a razão e, portanto, direcionar-se às virtudes, às ações que tem por objetivo o bem comum. Por este motivo, nossa reflexão principiou por estabelecer, em linhas gerais, a noção de civilização de Guizot, para que compreendêssemos o conceito de hábito num sentido singular e coletivo. Assim, a busca de cada homem pela harmonia entre sua constituição mental e material é tanto um resultado da sociedade em que vive, quanto um direcionador dos aspectos que passam por transformações ou se conservam na história.

Com isso, não pretendemos afirmar que o hábito é o único condutor das transformações sociais. A análise do conceito em Tomás de Aquino nos permite perceber que o comportamento humano é muito complexo para que seja reduzido a apenas um elemento. No entanto, é possível verificar que o hábito explica muitas das características pessoais e sociais, tanto no tempo de Tomás de Aquino, quanto em nosso tempo. A ideia aristotélica de que o hábito instrui moralmente e orienta nossa personalidade – e por esse motivo é difícil de ser modificado – foi retomada pelo mestre da Universidade de Paris e pode ser objeto de reflexão ainda em nosso tempo.

A prática constante e cotidiana de determinadas condutas nos torna o que somos, isso se efetiva seja para as virtudes, seja para os vícios. Com efeito, esse aperfeiçoamento moral proveniente do hábito é tanto mais perfeito quanto mais conhecemos a respeito do ser humano e do universo. Todavia, só o conhecimento, ou a formação intelectual, não é suficiente se não houver a prática efetiva dos comportamentos. Por esse motivo, Tomás de Aquino preocupava-se em tratar do comportamento humano e de tudo a ele relacionado, para compreender e orientar seus alunos a praticar a virtude em benefício da sociedade, pensada sempre na perspectiva de uma comunidade perfeita com vistas ao bem comum.

Referências

- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Bauru: Edipro, 2009.
- BOVETO, Lais. *Difficile Mobile: análise do conceito de hábito na História da Educação*. 2013. 143 f. Dissertação (Mestrado em História da Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, PR. 2013.
- GUIZOT, François. *História da civilização na Europa*. Lisboa: Antonio Maria Pereira, 1907.
- LAUAND, Luiz Jean. Estudo introdutório. In: TOMÁS DE AQUINO. *Sobre o ensino (De magistro) e Os sete pecados capitais*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- OLIVEIRA, Terezinha. *Guizot e a Idade Média: Civilização e Lutas Políticas*. 1997. Tese (Doutorado em História e Instituições) – Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho. Assis, São Paulo, 1997.
- OLIVEIRA, Terezinha. *Escolástica*. Brasil. São Paulo: Mandruvá, 2005.
- PIEPER, J. *Filosofia Medieval y Mundo Moderno*. Madri: Rialp, 1973.
- TOMÁS DE AQUINO. *Sobre o ensino (De Magistro) e Os sete pecados capitais*. Brasil. São Paulo: Martins fontes, 2000
- TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica* (I Sessão da II Parte - Questões 49-54, v. IV). Brasil. São Paulo: Loyola, 2005.